

*Intervenção do Deputado Victor Cruz,
no encerramento do debate parlamentar
sobre o Plano e o Orçamento para 2003*

Senhor Presidente

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Senhores Deputados

Hoje estamos pior do que ontem – essa é a grande conclusão do debate e dos documentos que o Governo apresentou.

O governo socialista apresentou um Plano de Médio Prazo com menos 255,8 milhões de euros e um Plano para 2003 que tem menos 74,8 milhões de euros do que estava previsto inicialmente.

Depois do discurso dos milhões o Governo anda de tesoura na mão fazendo cortes nos seus planos de investimento.

A ambição deu lugar à prudência, o optimismo cedeu perante o realismo, numa palavra o Governo recuou perante os seus objectivos.

Em vez do discurso dos maiores planos de sempre, vimos um governo à defesa, justificando as promessas que não cumpriu, arranjando desculpas para as suas próprias culpas.

O Governo socialista tropeçou nos seus milhões, desistiu das suas ambições e já sabe que não cumprirá todas as suas promessas.

O Governo socialista apostou numa imagem de eficácia e falhou redondamente.

A dois anos do fim do seu mandato este governo está desanimado, bate-lhe à porta o fantasma de uma remodelação governamental ou as más consequências da falta dela.

Depois de duas derrotas eleitorais o Partido Socialista tornou-se agressivo, ataca todos os dias o Partido Social Democrata como se isso resolvesse os problemas dos açorianos.

O segundo Governo do PS é pior do que o primeiro Governo do PS. É na comparação consigo próprio que se prova o declínio político pelo qual escorrega o actual Governo.

A maioria absoluta de nada serviu ao Governo e não trouxe nenhum benefício aos açorianos. Com mais deputados o PS apresentou menos soluções, com mais deputados o PS prescindiu de ouvir e considerar a oposição.

Com maioria absoluta o PS sente-se capaz de andar sozinho, de correr por sua conta e risco, de pouco considerar os parceiros sociais e não resiste à tentação de tentar tutelar a sociedade civil.

O Governo escolheu a solidão, que lhe faça bom proveito.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Não se pode basear uma estratégia numa mentira.

A verdade é que com o Orçamento do Estado para 2003 foi cumprida a Lei de Finanças das Regiões Autónomas nos exactos termos em que tinha sido no passado.

No debate, o PS e o Governo não demonstraram o contrário.

As verbas previstas no Plano de Investimentos da Administração Central do Estado – PIDAC para os Açores subiram e as transferências do Orçamento da Região serão 10% superiores às deste ano.

O Governo da República assumiu 60% dos custos da reconstrução das ilhas do Faial e do Pico e vai transferir, em 2003, 17,5 milhões de euros.

A verdade, apesar da campanha socialista, é que o actual Governo da República não fará menos do que o anterior Governo da República quanto à reconstrução.

É pena que no Orçamento do Estado de 2002, aprovado e proposto pelo Governo de Guterres, não tenham os socialistas resolvido o financiamento para 2002.

É pena que o actual Governo da República também não tenha resolvido esta questão.

Nós colocamos os interesses dos Açores acima dos interesses partidários, nós não fazemos como os socialistas que criticam o actual Governo porque não é do seu partido e estiveram sempre calados quando o Governo da República era socialista.

Se o Governo que diz defender os Açores tivesse levantado a sua voz quando o Governo de Guterres fez o Orçamento de 2002 e não atribuiu um escudo para a reconstrução, talvez se tivesse resolvido este problema e hoje o Governo do PS tinha autoridade para falar.

Era previsível a necessidade da solidariedade nacional em 2002, no entanto o PS não deu resposta a esse problema, assim como é previsível para os próximos anos e por isso o compromisso do actual Governo da República para pagar 60% dos custos da reconstrução.

O PSD apoia todas as diligências no sentido de ser autorizado um endividamento para a reconstrução que não afecte os compromissos assumidos no Pacto de Estabilidade e Crescimento que o anterior Governo socialista assinou.

O PSD discorda, como é público, da interpretação que o Governo da República faz do endividamento da Região no ano em curso.

O PSD exige que o Governo da República resolva um conjunto de matérias que estão pendentes.

Contudo, e é bom que se saiba, em documento da Presidência do Governo dirigido ao senhor Primeiro-Ministro o Governo Regional apresentou 57 medidas.

O senhor Presidente do Governo disse que podiam ser mais, mas – pasme-se – neste documento algumas das medidas apresentadas já estão resolvidas e é o próprio documento que o diz, há mesmo uma medida que está repetida.

Ao Ministro da Educação foram apresentadas seis medidas e cinco já estão resolvidas.

Com documentos destes o Governo Regional perde credibilidade e ficamos todos a saber que para o PS vale tudo nesta guerrilha partidária.

Era bom que o Governo Regional fizesse bem o trabalho de casa.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Temos Autonomia.

Somos donos do nosso futuro.

A responsabilidade de optar perante recursos financeiros que nunca serão suficientes é nossa, deve ser assumida com coragem.

Os Governos existem para arranjar soluções, não para apresentar desculpas.

Um bom governo define prioridades, cumpre o que promete, não compromete o futuro, tem coragem reformadora.

Os açorianos orgulham-se da Autonomia que conquistaram.

A Autonomia que nos serve não resulta nem da cooperação submissa, nem da exigência guerrilheira – essa é uma visão redutora, que o PSD não aceita, nem apoia.

A Autonomia envolve responsabilidade, mas o PS o que quer é ter o poder do orçamento e o discurso da oposição.

Nós não preferimos o governo da República ao Governo Regional – preferimos resolver os problemas dos Açores.

O Governo pode contar com o PSD para as boas causas, não conta com o PSD na guerrilha partidária que move contra outros.

Entre o Governo Regional e os açorianos – escolhemos os açorianos.

Os governos são responsáveis pelas promessas que fazem – prometeram aos açorianos melhor saúde e melhor educação, boa gestão dos recursos financeiros e equilíbrio nas finanças públicas, prometeram um novo mundo para os nossos agricultores e pescadores, juraram combater com eficácia a pobreza e as injustiças sociais, garantiram mais investimento e menos burocracia e, mais disseram, que tratariam todos por igual, que não havia lugar a clientelismos, que todos os subsídios seriam dados com critério.

Prometeram mais liberdade, o que, no mínimo, representa condicionar menos a sociedade civil.

Os sindicatos esperavam diálogo, os empresários apoio, os profissionais de saúde reformas, os professores um novo estímulo, os agricultores e pescadores querem certezas, a juventude quer acreditar no futuro, os mais idosos reclamam solidariedade.

Tudo isso lhes foi prometido e tudo isso é legítimo que esperem.

O discurso do Governo não condiz com a realidade, o mundo açoriano não é “cor-de-rosa”.

Será que os açorianos pensam que estas promessas estão cumpridas ?

Os pareceres dos parceiros sociais são bem a imagem da desilusão dos empresários, agricultores, pescadores, sindicatos e ambientalistas.

A reprovação da estratégia do Governo não é uma obrigação partidária, é um juízo voluntário e comum na sociedade açoriana.

Os parceiros sociais chumbaram a estratégia do Governo.

A desilusão tomou o lugar da confiança e o PS é hoje mais passado do que futuro.

A verdade é que nunca um governo teve tanto e conseguiu tão pouco.

Antes de conhecer o Orçamento do Estado o Governo já tinha feito cortes nos investimentos.

Com o Governo de António Guterres tivemos um Orçamento para 2002 menor em 7,6% do que o de 2001.

Agora, com o Governo de Durão Barroso, tanto criticado pelo PS, o Governo Regional propõe um orçamento para 2003 que decresce apenas 0,8%.

A descida que se verifica no Orçamento de 2003 face a 2002, no valor de 6 milhões de euros, é um décimo daquela que se verificou de 2001 para 2002, em pleno mandato do Governo socialista da República.

As transferências do Orçamento do Estado de 2003 para os Açores aumentaram em 10%, incluindo as verbas da reconstrução.

Se há promessas por cumprir a culpa não é do Governo da República, se a reconstrução ainda não acabou a culpa não é do Governo da República, se há cortes nos investimentos a culpa não é do Governo da República.

Mais uma vez o PSD veio para este debate tranquilo, com ideias firmes, críticas justas e um único compromisso na agenda – a defesa dos interesses dos Açores.

Mais uma vez e cada vez mais o PS aparece com desculpas, agressividade e demagogia.

Quanto mais perto se encontra do fim mais este governo e o Partido Socialista caminham coerentemente para a oposição.

Já atacam mais do que actuam, já pedem mais esclarecimentos do que respondem, já se desculpam mais do que governam, já geram mais contestação do que consensos.

Um bom governo não tenta condicionar a sociedade civil, liberta-a; um bom governo não atribui subsídios sem critério, aprova critérios objectivos para a atribuição de subsídios; um bom governo combate o despesismo e o desperdício, não o promove para efeitos eleitorais; um bom governo combate o clientelismo político-partidário, não engorda gabinetes com porta-vozes partidários; um bom governo investe mais do que o que gasta; um bom governo respeita a oposição, não tem como principal preocupação atacar a oposição; um bom governo dialoga e decide, não usa o diálogo para não decidir ou decide sem dialogar; um bom governo não beneficia as autarquias locais do seu partido em detrimento das de outro partido.

Os açorianos precisam de um bom governo.

O PSD apresentou propostas de alteração à estratégia do Governo.

É preciso inverter a tendência exagerada para o aumento das despesas correntes, que já atingiram 70,9% do Orçamento, quando as despesas de investimento são apenas de 29,7%.

As nossas propostas não põem em causa postos de trabalho, por causa delas não se deixará de pagar salários ou pensões ou reformas – acresce que têm a virtude de aumentar em quase 5% o Plano de Investimentos.

O que nós queremos é que o Governo Regional faça o possível para reduzir gastos com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no país e no estrangeiro, publicidade e propaganda, abonos, combustíveis e viaturas, que reduza as chefias atípicas, que proíba a acumulação de remunerações pelos dirigentes da Administração Regional.

Se o Governo fizer isso e combater com eficácia e determinação o despesismo, então podemos reforçar as verbas para a reconstrução, para a habitação degradada, para combater a pobreza em Rabo de Peixe.

Ou o Governo poupa e o povo ganha ou o Governo gasta e o povo perde.

Esse é o sentido político das nossas propostas.

Não há um açoriano que não pense que é possível poupar nas despesas correntes do Governo.

Fica o desafio.

Ficará também bem claro os que estão ao lado dos sinistrados e os que preferem usá-los como arma política.

O PSD apresentou uma proposta para reforçar o financiamento da reconstrução.

Tal proposta não dispensa a solidariedade nacional, mas para os sinistrados o que importa é resolver o seu problema.

Ora, para nós, os sinistrados são uma prioridade.

Quem se interessa mais com os sinistrados do que com política partidária vota a favor, quem prefere os argumentos políticos aos sinistrados votará contra.

Sejamos claros – se a reconstrução ainda não acabou a culpa é do Governo, que prometeu acabá-la em 2001 – não é do PSD, da oposição, do Governo da República, nem dos faialenses ou picoenses.

Temos a segunda mais baixa taxa de actividade do país, temos o mais baixo índice de poder de compra do país, a nossa inflação ultrapassou a nacional e é a mais alta do país, sendo de 4,1% em Setembro passado e, o pior de tudo, em 1999 o Produto Interno Bruto per capita da Região representava 69,4% do nacional, quando em 1995 era de 69,5% do nacional.

Com mais recursos financeiros, com uma conjuntura favorável, com um Governo dito amigo de Guterres, a estratégia do PS não fez os Açores produzirem mais.

Este é um dos grandes desafios que temos no futuro – conseguir produzir mais sem descurar, antes melhorando, a solidariedade social.

É preciso estimular os nossos empresários, acabar com as incertezas dos nossos agricultores e pescadores, dar novas oportunidades aos nossos jovens, responder com urgência aos nossos idosos, dar pão a quem não tem pão e casa a quem não tem casa, dar segurança e futuro aos trabalhadores, fazer das escolas um espaço desejado, valorizar os professores, não fazer esperar quem está doente, proteger o ambiente, divulgar os Açores, numa palavra, dar um novo impulso ao projecto autonómico e ao desenvolvimento qualitativo dos Açores.

O Governo, certamente, faz o que pode.

Cresce nos Açores a convicção de que é possível fazer melhor.
Nós acreditamos nos Açorianos e com eles vamos vencer.

Horta, 13 de Novembro de 2002.